

***Identidade, representação social e ciganidade:  
gênero e etnia entre ciganos calons no Espírito Santo***

Mariana Bonomo  
Lídio de Souza  
André Mota do Livramento  
Fabiana Davel Canal  
Julia Alves Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo  
marianadalbo@gmail.com

### **Introdução**

A relação de gênero é um aspecto fundamental à organização do tecido social cigano, sendo os papéis sociais dentro do grupo sistematicamente organizados a partir dela. Cabe ao homem o papel de prover a família, enquanto a mulher é a responsável por dar suporte ao marido, cuidar da barraca e dos filhos, exercendo sua esperada função de mãe e “dona da barraca” (VENTURA, 2004).

A dimensão familiar é fundamental na cultura cigana e esta é baseada em características patriarcais. A mulher cigana é digna de admiração e de respeito, mas desprovida de autoridade diante do homem, pois este é considerado o portador da ciganidade (BONOMO; SOUZA; TRINDADE, 2007). Nesta medida, as relações de autoridade na família cigana se assentam na hierarquia de gênero, sendo a idade, ainda, outro aspecto valorizado (VENTURA, 2004). Em cada etapa da vida é esperado dos membros da comunidade que estes ocupem seu lugar social, sendo este baseado nas atribuições de papéis que refletem o próprio exercício de assimilação dos valores e regras da cultura cigana. É essencial entender as relações de poder presentes na cultura cigana como fruto de processos que se dão em meio a esse grupo, suas práticas e relações.

A questão de gênero é abordada, neste estudo, como construção sócio-histórica, fruto das relações que os indivíduos estabelecem com seu contexto e grupos sociais de inserção (NOGUEIRA, 1996). Dessa forma, a identidade de gênero é imprescindível para a formação da identidade social do sujeito, sendo essa pertença associada a valores e significados emocionais (TAJFEL, 1983). A identidade não deve ser concebida como algo estável, individual e interiorizado, mas como um processo em constante mudança e relacional, fruto de relações intergrupais.

Buscamos investigar os processos de construção das identidades masculina e feminina ciganas nas diferentes etapas da vida, bem como conhecer as práticas produzidas nas relações estabelecidas entre os homens e mulheres deste grupo.

Uma pesquisa realizada com grupos ciganos, sobretudo no campo das relações de gênero presentes nesta etnia, permite-nos compreender suas práticas e rituais, considerando que tais relações influenciam fortemente os processos de organização dessa cultura. A relevância de se realizar estudos focalizando o modo de vida cigano fundamenta-se principalmente na escassez de produção de conhecimento formal sobre as comunidades ciganas brasileiras, problemática reconhecida pelo governo brasileiro através do Programa Nacional dos Direitos Humanos, que

começou a discutir a questão cigana, estimulando a “realização de estudos e pesquisas sobre a história, cultura e tradições da comunidade cigana” (BRASIL, 2002).

A psicologia, com suas ferramentas teórico-metodológicas, pode contribuir no entendimento da cultura cigana, auxiliando na criação de políticas públicas contextualizadas. Como nos sugere Bock (1999), há uma exigência, nos dias atuais, para que a psicologia atue com compromisso social, ou seja, que ela passe a se preocupar não apenas com o indivíduo, de forma isolada, mas com o homem e o seu contexto, contribuindo para a transformação social, de modo que promova a mudança das condições de vida da população brasileira.

## **Estratégias Metodológicas**

### *\* Participantes e local de coleta dos dados*

Participaram do estudo 14 integrantes de duas comunidades *calons* do Estado do Espírito Santo: 09 crianças ciganas, sendo 05 meninas e 04 meninos; 04 ciganos adultos, 02 de cada sexo e 01 um homem cigano mais velho. As idades variaram entre 06 e 35 anos para as mulheres e entre 08 e 55 anos para os homens. Todas as entrevistas foram realizadas nos próprios territórios ciganos, segundo a disponibilidade de cada um dos participantes.

### *\* Procedimento de coleta dos dados e instrumento*

Foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado, contendo unidades de investigação, tais como: universo infantil, vida adulta e processo de envelhecimento. As entrevistas com as crianças foram realizadas em grupo, sendo um com os meninos e outro com as meninas, devido ao interesse das crianças em participarem ao mesmo tempo. As demais entrevistas foram feitas individualmente. Todas foram gravadas e posteriormente transcritas para tratamento do material obtido. Ainda foi feito, por cada participante da pesquisa, um diário de campo para cada dia de visita aos acampamentos.

### *\* Procedimento de análise dos dados*

O tratamento dos dados obtidos foi através da Análise de Conteúdo Temática, que nos permitiu identificar as unidades de significado mais gerais, relacionadas a temas considerados nucleares ou de grande relevância para os discursos construídos sobre o objeto analítico (BARDIN, 2002). Entendemos que esta proposta metodológica possibilita-nos apreender o processo de construção da identidade gênero na cultura cigana.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados serão apresentados em três etapas – 1). Contextualização dos grupos ciganos, 2). processo de socialização nas diferentes etapas da vida e 3). identidade de gênero – a fim de fornecer um panorama mais processual da construção da identidade étnica e de gênero entre as mulheres e os homens ciganos *calons*. Na primeira etapa será feita uma breve contextualização das comunidades visitadas, passo fundamental para se conhecer o contexto cultural característico do grupo social em questão. Essa contextualização é importante, pois sem ela não podemos

compreender a realidade social que nos propomos investigar (CASAS, 2005). Em seguida será abordado o processo de socialização das mulheres e homens ciganos, passando pelas várias etapas da vida que foram observadas, desde a infância até a velhice. Por fim serão apresentadas algumas reflexões acerca das relações de gênero estabelecidas no grupo cigano, pois estas estão fortemente relacionadas à construção da identidade étnica cigana (SOUZA; BONOMO; LIVRAMENTO; BRASIL; CANAL, 2009).

### ***Contextualização dos grupos ciganos investigados***

Durante a realização desta pesquisa, visitamos cinco acampamentos ciganos, a fim de melhor conhecer sua cultura e costumes, além de manter contato com os ciganos que já conhecíamos e estabelecer novas relações. As entrevistas aconteceram somente em duas destas comunidades.

Trata-se de grupos heterogêneos, compostos por ciganos vindos de Minas Gerais, Bahia e dos diversos municípios do estado do Espírito Santo. Porém, a dimensão cultural comum que sustenta a identidade social cigana sobrepõe-se às diferenças regionais. A maioria deles possui laços de parentesco e buscam manter viva a tradição cigana, com elementos como: o ritual de casamento, as festas, a vaidade, com suas roupas e acessórios coloridos, a língua *romaní* por eles falada, a preferência por viver em barracas, a prática de criar animais, o luto demorado por aqueles que morreram e a prática de queimar os pertences dos falecidos, entre outros componentes desta cultura.

Com relação aos territórios nos quais essas comunidades estão vivendo no momento, percebemos que, apesar de algumas diferenças entre eles, uma imagem em comum a qual nos remetemos ao ver estes acampamentos é a imagem de pobreza: são lugares descampados, com muitas barracas, dispostas de forma próxima umas das outras.

### ***Linhas da vida***

O estudo permitiu-nos identificar as "Linhas da Vida" presentes na cultura cigana, ou seja, as etapas pelas quais os ciganos passam e as atividades, costumes, crenças e valores a elas relacionados. As etapas da vida investigadas foram às seguintes: infância, vida adulta e velhice. Atribuímos esses nomes às etapas devido às práticas que são descritas em cada uma delas, além de preservar a forma como os entrevistados nomearam esses momentos.

Vale ressaltar que os temas estão todos interligados, porém estamos dispendo-os de forma separada, a fim de propiciar uma melhor compreensão por parte dos leitores. Os resultados dizem respeito às falas, aos temas abordados pelos entrevistados, e como tais, trazem também memórias e projeções relacionadas à linha da vida cigana.

Queremos deixar claro, que quando falamos da cultura cigana, neste estudo, não falamos de uma cultura cigana geral, hegemônica em seus modos de vida, mas de um grupo que vivencia a cultura cigana em determinado espaço-tempo.

Os temas abordados nas entrevistas que dizem respeito a essa etapa da vida puderam ser agrupados nas seguintes categorias: processo de escolarização, aprendizado da língua, brincadeiras, normas ciganas e promessa/casamento.

É comum, nos dias atuais, a inserção das crianças ciganas na vida escolar, como percebido nas entrevistas realizadas. No entanto, este não era um fato comum na vida dos ciganos mais velhos. É fundamental considerar que o nomadismo e a pobreza, situações mais vivenciadas pelas gerações passadas, também influenciavam no acesso dos ciganos à escola.

Entendemos que a inserção na vida escolar pode representar uma busca de integração da cultura cigana no mundo não cigano, sendo este também um momento de choque cultural e de vivência de preconceitos. Choque cultural na medida em que a escola responde a metas e valores distintos dos vivenciados na cultura cigana, descontextualizados com a realidade do grupo (LALUEZA; CRESPO; PALLÍ; LUQUE, 2001). Porém, apesar de uma maior importância atribuída aos estudos, o abandono da vida escolar é comum na passagem da infância para a vida adulta, em especial no caso das meninas, para que se casem, o que acontece por volta dos 12, 13 anos de idade.

A língua *romaní*, falada pelos ciganos, possui muita semelhança ao sânscrito, o que contribuiu para que os lingüistas fossem os primeiros estudiosos a indicar a origem indiana dos ciganos (LERMO; ROMÁN; MARRODÁN; MESA, 2006). O aprendizado da língua dá-se de forma cotidiana e as crianças vão assimilando com o tempo, a partir do ensinamento dos pais e também da vivência na comunidade. Não é um aprendizado formal, como o escolar, e sim prático, do cotidiano.

As brincadeiras também fazem parte do universo infantil e são muito importantes no processo de socialização das crianças *calins*. A partir delas os papéis sociais começam a ser construídos de forma lúdica, processo esse que possibilita uma identificação de gênero. Como apontam Negreiros e Féres-Carneiro (2004), “as diferenças psicossociais entre meninos e meninas são de certo modo absorvidas, desde tenra idade, porque os agentes socializadores influenciam, através de expectativas, reforços, disposições, atitudes e comportamentos típicos para cada sexo, uma noção do que é ser homem ou ser mulher” (sp). Assim, existem brincadeiras que são de meninos (montar em cavalo de pau, jogar bola de gude), brincadeiras que são de meninas (brincar de boneca, de “barraquinha”) ou ainda as brincadeiras para ambos os sexos (jogar bola, brincar de pega-pega, entre outros). Dessa forma, há certa restrição na possibilidade de brincar juntos, culminando com a separação das crianças por gênero quando estas atingem a faixa etária de cerca de oito anos.

Essa separação por gênero diz respeito também à vivência das normas ciganas, sendo a infância o momento de objetivação da chamada Lei Cigana. Observamos o quanto o discurso dos ciganos, apesar das distintas gerações, é homogêneo, principalmente na assimilação e vivência dessas normas. Essas são basilares na constituição do ser homem cigano e ser mulher cigana. Determinam o que *pode* e o que *não pode* ser feito a partir das pertencas de cada sujeito: sexo, idade e estado civil (LALUEZA; CRESPO; PALLÍ; LUQUE, 2001, PIZZINATO, 2009). Estão relacionadas ao respeito aos mais velhos, à separação das crianças por gênero, à proibição do namoro antes do casamento e à traição, após o casamento, por exemplo. São as regras sociais marcadas pela busca do controle familiar (PIZZINATO, 2009).

É ainda nessa fase que as crianças são prometidas para o casamento. Pode acontecer de crianças serem prometidas desde o nascimento, bem como do acordo ser feito quando elas

estiverem um pouco mais velhas. Em nossas entrevistas percebemos uma diferença em relação ao grupo de homens e o de mulheres: todas estas foram ou estavam prometidas, já em relação aos homens, os adultos tiveram os seus casamentos arranjados quando próximos do acontecimento e os meninos ainda não eram prometidos.

Acordado o casamento, pode-se dizer que tem início a fase de transição para a vida adulta: da brincadeira ao trabalho, da criança ao adulto, o ritual de noivado e o casamento. As crianças agora começam a ser preparadas para a vida adulta e algumas das suas atividades marcam esse momento. As crianças diminuem o ritmo das brincadeiras e começam a acompanhar os pais em algumas atividades. Os meninos, na maioria das vezes, realizam atividades relacionadas ao comércio, à barganha ou, no dizer cigano, a *catira* e as meninas são orientadas a fazer as tarefas domésticas.

O casamento é um momento de grande importância na cultura cigana, uma questão social destacada. É o início de uma relação que une não só o casal, mas as famílias ao longo do tempo e para toda a vida (PIZZINATO, 2009). O casamento se dá com uma grande festividade, acreditamos que pela importância desse acontecimento para o grupo cigano, e segue um ritual particular. Após o casamento há a tão esperada “prova de virgindade” da menina cigana. Somente após esta “prova” que o casamento é confirmado, obedecendo-se à Lei Cigana (MENDES, 2000). Os noivos, no entanto, não passam a primeira noite juntos, permanecendo cada qual na casa de suas famílias. Somente depois é que a mulher vai morar com o marido e, como a organização do grupo cigano é de cunho patrilinear, a mulher, ao casar, segue o marido aonde for, mesmo que precise mudar de território e se distanciar de sua família.

Como mencionado anteriormente, as crianças ciganas passam por um período de transição até a vida adulta, sendo esta marcada pelo casamento. Dessa forma, não percebemos a vivência de uma fase semelhante à adolescência, como na cultura não cigana. Até o casamento, as crianças estão centradas em um universo infantil, de assimilação dos costumes e aprendizados dos papéis sociais. Após o casamento são responsáveis pela família e todas as atividades são norteadas por essa questão.

## VIDA ADULTA

O marco para a vida adulta é o casamento. Como em culturas tradicionais, alguns rituais apontam diferentes fases do ciclo vital (PIZZINATO, 2009). Com o matrimônio tem-se o início de uma nova vida, centrada no trabalho e na família. Dessa forma, o homem assume o papel de provedor da família, começa a trabalhar com atividades relacionadas ao comércio, barganhando, “catirando”. Já a mulher tem a função de desempenhar as atividades domésticas, além de ser a grande responsável pela educação dos filhos, especialmente das meninas. É importante frisar que o trabalho para os ciganos, é percebido como um contra-valor. Dessa forma, a atividade por eles realizada é bem vista na medida em que se configura como uma atividade livre, sem a subordinação a um patrão (LOPES, 2006). No entanto, o que percebemos é que esse modo de vida não cigano, relacionado ao trabalho subordinado, passa a fazer parte da realidade de algumas famílias, devido à situação de pobreza que elas enfrentam.

Na vida adulta há também a consolidação dos papéis de pai, de mãe e das coisas que se deve ensinar aos filhos para serem bons ciganos. Apesar da educação dos filhos ser, muitas vezes, entendida como obrigação da mulher, o homem também se sente responsável por passar

ensinamentos às crianças para que elas possam vir a ser bons ciganos e conhecedoras das normas do grupo.

Ainda é responsabilidade dos pais escolherem o(a) noivo(a) para os(as) filhos(as) e a busca por uma boa pessoa se dá por meio das relações entre as famílias. A preferência é por aquela pessoa que é de uma boa família e com bons costumes.

Quando o casamento não é bem sucedido acontece a separação. Esta pode se dar quando o convívio entre o casal não é mais possível, ou ainda quando ocorre a traição da mulher, pois, neste caso, esta desonra o homem – e na cultura cigana a desonra masculina é um fator inadmissível. É fundamental frisar que caso a separação aconteça, os filhos ficam com o homem, uma vez que este detém o poder sobre a mulher, pois na cultura cigana tem-se a crença de que o homem é quem porta a ciganidade (BONOMO; SOUZA; TRINDADE, 2007).

Nesse contexto, um segundo casamento é arranjado pela família, mas este já não é mais visto como um grande acontecimento, sendo menos valorizado principalmente pelo fato da mulher não ser mais virgem. Dessa forma, é feito um “ajuste” da situação e essa nova relação é chamada pelos ciganos de “ajustamento”.

Um aspecto interessante na cultura cigana é que as linhas da vida são definidas não por um aspecto cronológico, pela idade que a pessoa atinge, mas pelos eventos vivenciados, sendo estes centrados na esfera familiar. Se o início da constituição familiar, com o casamento, marca a passagem para a vida adulta, a passagem para a velhice acontece na medida em que a família estrutura-se, com o casamento dos filhos e o nascimento dos netos. Apesar de a idade às vezes ser apontada como um marco na passagem de uma etapa a outra, percebemos que, na realidade cigana, são os eventos que determinam o processo.

### *VELHICE*

Nesta etapa os homens agora considerados mais velhos, devido à estruturação familiar, passam o controle dos seus negócios para os filhos, ou ainda para os genros, caso não venham a ter filhos do sexo masculino. Já as mulheres mantêm-se responsáveis pela função doméstica vinculada à organização da barraca, até o momento em que sua saúde não mais as permitir trabalhar, passando as tarefas às mulheres mais jovens, especialmente as noras. Outra questão associada à velhice é a do respeito. Observamos que a experiência de vida é uma questão valorizada na cultura cigana. No entanto, para as mulheres, principalmente as viúvas, essa realidade parece ser diferente, pois elas parecem não ocupar um lugar importante na comunidade.

Temos, assim, uma concepção de velhice pautada na diminuição da força de trabalho pelos mais velhos, no respeito e formas de tratamento direcionadas às gerações mais velhas e também na alteração das relações de poder.

### **Identidade de gênero**

O masculino e o feminino são construções sociais; assim entendemos que não existe um conteúdo universal para os papéis de gênero (BATISTA, 1997; NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004; TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005). Pensar dessa forma implica entender a identidade de gênero como uma construção social em virtude de processos de

internalização e interpretação de características específicas de uma sociedade, dos ciclos da vida e das vivências subjetivas como homens e mulheres pertencentes a uma etnia (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005).

O processo de construção da identidade de gênero se inicia já nas experiências infantis, que buscam reforçar os papéis a serem vividos no mundo adulto, sendo as diferenças absorvidas desde a tenra idade. Siqueira (1997) pontua que através das relações partilhadas com os outros a criança apropria-se do saber socialmente produzido.

“Os papéis masculino e feminino configurariam tipificações do que seria pertinente ao homem e a mulher num dado contexto. Englobam aprovações, restrições e proibições que seriam apreendidas e transmitidas ao longo de gerações e durante o percurso da vida, do bebê ao idoso” (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004, sp).

Na cultura cigana observamos que as leis e tradições impostas pela hierarquia masculina demarcam uma posição subordinada e inferiorizante da mulher, desde a infância até a velhice.

Essa assimetria de poder entre homens e mulheres faz com que as mulheres estejam em constante vigilância, estando desde a infância com a vida restrita ao acampamento. Somente frequentam a escola até uma idade próxima dos oito anos, momento em que são retiradas do convívio com não ciganos, forma de manter o controle sobre as meninas, de modo que não venham a fazer algo que possa ferir a cultura cigana. É inadmissível ainda que a mulher cigana traia o seu marido, apesar do homem cigano poder ter outros relacionamentos fora da comunidade. A honra masculina é um aspecto importante na cultura cigana e a mulher nunca deve fazer algo que fira essa honra, podendo, em situações extremas, culminar com a morte da mulher, de forma que essa honra seja recuperada. Outras formas de castigar a mulher por desrespeito à tradição cigana têm aparecido como substitutas à morte – seja uma morte simbólica, cortar ou raspar o cabelo e ainda o pai bater na filha.

O casamento depois da viuvez é ainda outro acontecimento onde podemos perceber as diferenças relativas ao gênero. As expectativas para a vivência do luto são muito maiores para as mulheres, espera-se que seja permanente, como uma forma de respeito ao marido falecido.

Os modelos clássicos de hierarquia masculina fortalecem-se na identidade étnica ancorada na crença do homem como aquele que porta a ciganidade, exercendo o poder sobre as mulheres através da Lei Cigana. A lei dos ciganos que garante ao homem a preservação de sua imagem entre os *calons* e, conseqüentemente, da imagem positiva de todo o grupo cigano, é um verdadeiro “manual cigano” que se difunde através das práticas com tamanho rigor que a ciganidade é protegida (BONOMO; SOUZA; TRINDADE, 2007).

### **Considerações finais**

Os resultados demonstram que as relações de gênero são centrais na organização do grupo étnico cigano, processo que se mantém e se fortalece através da *lei cigana*, garantindo a proteção do grupo contra formas de contaminação cultural e renovando, a cada geração, a vivência da *ciganidade* pelos membros da comunidade *calon*.

A *lei cigana* orienta os indivíduos pertencentes aos seus diversos grupos, difunde-se e se perpetua, principalmente, através do comportamento feminino. Espera-se que a mulher seja submissa ao homem, que ela desempenhe o papel de dar suporte ao marido, cuidar da barraca e dos filhos, exercendo, com isso, a sua esperada função de mãe e “dona da barraca”; já ao homem

cabe o papel de chefe da família, de provedor, daquele que realiza os negócios (VENTURA, 2004).

Entendendo a processualidade inerente às práticas sociais e ao universo identitário, percebemos que o modo de vida cigano e o “ser membro desse grupo”, não estão submetidos a uma ordem cronológica, como por faixa etária, por exemplo. As etapas da vida cigana são marcadas por eventos que pontuam o fechamento e a abertura de mais um ciclo, que se orienta a partir da constituição do tecido familiar: o *casamento* marca a passagem da criança para o mundo adulto (processo que não apresenta a adolescência como período intermediário) e a estruturação da família com *filhos casados e netos*, tornar-se avô, marca a passagem do adulto ao velho, da adultez à velhice.

Há homogeneidade entre o discurso dos adultos e das crianças, o que reflete a força da transmissão e assimilação dos valores da cultura cigana a cada geração, estratégia que concorre para preservação e manutenção da etnia. O grande investimento simbólico é, então, direcionado às crianças *calins*, pois em torno delas ainda existe o medo de um possível abandono do grupo e também a elas caberá a continuidade do modo de vida cigano. Como nos diz Negreiros e Féres-Carneiro (2004), citando dados observados por Kohlberg, “apesar de as atitudes dos adultos emergirem de uma aprendizagem infantil inicial, elas configuram, a cada momento, uma reestruturação das concepções e dos valores anteriores” (sp). Ou seja, as regras são como uma pauta de conduta a ser seguida, de como ser homem cigano, guiando sua construção cotidiana por meio das interações sociais, dos valores e atribuições de papéis a serem considerados nas práticas do dia-a-dia, o que nos faz perceber o processo de socialização como permanente (PINHEIRO, 2001) (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005).

### Referências Bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (RETO, L. A.; PINHEIRO A., Trads.) Lisboa: Edições 70, 2002. (Trabalho original publicado em 1977).
- BATISTA, D. Contribuições da Perspectiva de Gênero para o Esboço de Alternativas Emancipatórias da Sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Cidadania e Subjetividade: Novos Contornos e Múltiplos Sujeitos**. São Paulo, SP. Imaginário, p.161-177, 1997.
- BOCK, A. M. B. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.
- BONOMO, M.; SOUZA, L. & TRINDADE, A. Z. “Onde estão elas?”: Representações de gênero e identidades sociais entre mulheres *calins* e *gadjin-moradeiras* de uma comunidade cigana no ES. Trabalho apresentado na V Jornada Internacional de Representações Sociais e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais. Brasília, julho de 2007.
- BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos – **PNDH II**. Ministério da Justiça, 2002.
- CASAS, F. Desafios atuais da Psicologia na intervenção social. **Psicologia & Sociedade**, vol. 17, n. 2, p. 42-49, 2005.
- LALUEZA, J. L.; CRESPO, I.; PALLÍ, C. y LUQUE, M. J. Socialización y cambio cultural en una comunidad étnica minoritaria. El nicho evolutivo gitano. **Cultura y educación**, v.13, n. 1, p. 115-130, 2001.
- LERMO, J., ROMÁN, J., MARRODÁN, M.D. & MESA, M.S. Modelos de distribución de apellidos en la población gitana española, **Antropo**, 2006, 13, 69-87.

LOPES, D. S. Mercados encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante. *Etnográfica*, nov. 2006, vol.10, no.2, p.319-335. ISSN 0873-6561.

NEGREIROS T. C. G. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e pesquisas em psicologia**, n. 1, 2004.

NOGUEIRA, M. C. **Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género: Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social**. 1996. Tese (Doutorado em psicologia) - Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 1996.

PIZZINATO, A. Identidade narrativa: papéis familiares e de género na perspectiva de meninas ciganas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n. 1, 2009.

SIQUEIRA, M. J. T. A Constituição da Identidade Masculina: Alguns Pontos para Discussão. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.

SOUZA, L.; BONOMO, M.; LIVRAMENTO, A.M.; BRASIL, J.A.; CANAL, F.D. Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. **Liberabit**, v. 15, n. 1, p. 29-37, 2009.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S. Socialização de género e adolescência. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, 2005.

VENTURA, M. C. S. P. **A Experiência da Criança Cigana no Jardim de Infância**. Universidade do Minho: Braga, 2004.